

OS AMBIENTES NATURAIS COMO RECURSOS PARA O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO RIBEIRINHO

Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos, Gyane Karol Santana Leal.

Universidade do Estado do Amazonas- UEA/ CESP, gina_vasconcelos@yahoo.com.br, gyanekarol26@hotmail.com

RESUMO:

O presente trabalho que é parte de estudos de doutoramento em andamento tem como objetivo investigar como os professores utilizam os ambientes naturais como recursos para favorecer o ensino da criança de educação infantil, mais especificamente em uma comunidade ribeirinha do município de Parintins estado do Amazonas. Este estudo nasceu de um diagnóstico realizado em escolas públicas de Educação Infantil, em algumas comunidades rurais, no ano de 2009. Deverá ser investigado o processo ensino aprendizagem da criança da educação infantil em uma comunidade ribeirinha, cujo propósito é indagar: como o professor utiliza os ambientes naturais como recurso para uma aprendizagem significativa da criança? É importante destacar que as atividades de ensino realizadas nesses ambientes escolares nem sempre buscam relacionar os conteúdos estudados pelas crianças aos espaços naturais que fazem parte de sua realidade, como recurso para a dinamização das aulas. Como suporte teórico, a pesquisa está embasada na Psicologia Sócio-histórica de Vigotsky (2001). Esse estudo permitirá entender a maneira como as crianças apreendem o conhecimento do mundo natural, a dinâmica da constituição desses significados, sua especificidade para essa faixa etária, bem como a apropriação desses conhecimentos que serão vivenciados e explorados no seu habitat natural. Dessa forma, os laços formados entre educação e sociedade se estreitarão, e a escola através de suas funções tanto no campo social quanto no campo educacional, deverá contribuir para tornar este pequeno ser, um cidadão ativo, autônomo, criativo e participativo, capaz de num futuro próximo tornar-se agente de transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ambientes naturais, criança, Educação Infantil,

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é composta por vários estados da federação, dentre os quais destacamos o estado do Amazonas. A divisão política do estado do Amazonas é composta por 62 municípios, incluindo a capital Manaus. Inserido no contexto amazônico, destaca-se o município de Parintins, distante da capital Manaus cerca de 390 km, por via fluvial (FIGURA 01).



Figura 01: Vista aérea de Parintins-Am

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

Parintins é conhecido no Brasil e no mundo por apresentar o maior espetáculo cultural a céu aberto, denominado Festival Folclórico de Parintins; neste, duas figuras representam a arte e a cultura do povo parintinense e fazem sua festa: Boi-bumbás, Caprichoso e Garantido.

Parintins é o terceiro município depois da capital, com cerca de 110 mil habitantes, e apresenta uma característica peculiar própria de um município ribeirinho do estado do Amazonas, por tratar-se de uma ilha cujo acesso dá-se por via fluvial ou aérea. O município é composto por várias comunidades ribeirinhas, em que a educação se faz presente na sua grande maioria por escolas municipais.

O presente trabalho tem como objetivo investigar como os professores utilizam os ambientes naturais como recursos para favorecer o ensino da criança de Educação Infantil, mais especificamente em uma comunidade ribeirinha do município de Parintins-Amazonas.

Educação no Campo: características gerais

Discutir a educação no campo pressupõe entender o movimento político e econômico que tem subordinado o campo à cidade, levando, conforme explicita Paese (2006, p.76), “a desvalorização do universo rural, embora surja o movimento de luta pela terra como espaço de sobrevivência, sendo que esta luta é também pela educação”.

Na atualidade, a terminologia educação rural está sendo substituída pela educação no campo, no entendimento que as lutas camponesas constroem outro projeto de educação, inserido em um projeto sociopolítico mais abrangente, que afirma “que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (MOLINA, 2004 p.48).

Essa concepção fundamenta-se num projeto político pedagógico voltado para o universo camponês. Nesse projeto, a escola não pode ser pensada como um local que vai transmitir padrões de comportamentos considerados “civilizados” em detrimento do mundo camponês; além disso, não é a escola que vai impedir o êxodo rural, até porque a escola reflete a própria sociedade capitalista. Com relação a isso, Damasceno (1992, p. 37). assim se reporta: “A práxis educativa é pensada

tendo em vista as contradições sociais que delimitam as possibilidades e os limites da produção, sistematização, apropriação e difusão do saber pelas diferentes classes”.

De acordo com Caldart (2004, p.18), “um dos fundamentos da construção desse projeto é a compreensão de sua materialidade de origem”. As lutas camponesas contra o grande latifúndio, buscando a superação da opressão, trazem consigo a concepção de campo e de projeto de desenvolvimento. É um momento de reflexão pedagógica das experiências vividas. Para o autor, não é a Pedagogia que interfere na educação do campo, mas os camponeses buscam na pedagogia crítica os fundamentos de seu projeto político-pedagógico, vinculado à luta por justiça e igualdade social.

Para exemplificar esses fundamentos, referimo-nos a três tipos de pedagogia que, na visão de Molina (2004, p.48):

Estão diretamente ligadas às lutas por justiça e igualdade social: a pedagogia socialista, diretamente ligada à relação de trabalho/educação, que considera o trabalho como atividade executada por homens e mulheres em relações recíprocas; a pedagogia do oprimido, na qual a escola do campo decorre das experiências acumuladas em educação popular; a pedagogia do movimento, que se constrói nos movimentos sociais, especialmente no movimento dos sem-terra, referenciada na realidade do campo brasileiro e nos processos de resistência e luta.

Assim, o termo Educação no Campo foi cunhado com a preocupação de construir um espaço teórico que se diferenciasse da Educação rural, que vinha e vem marcada como educação hegemônica da classe dominante.

A Construção do Conhecimento na Educação Infantil

Partimos da concepção de que a criança é capaz de ter aprendizagens diversas e busca construir significados sobre sua própria existência. Consideramos também que, por nascer numa cultura, desde cedo a criança incorpora o mundo humano a si, pois essa é uma fase em que há muita disponibilidade para a exploração, a investigação, e a experimentação. Meyer (apud Kuhlman Jr. 2000), afirma que: “a criança vem ao mundo e se desenvolve em interação com a realidade social, cultural e natural”. Partindo desse princípio, devemos proporcionar à criança a oportunidade de conhecer esse mundo e vivê-lo através de experiências ricas e diversificadas que a educação pode e deve oferecer.

A criança demonstra de forma genuína a capacidade de maravilhar-se diante da vida. Nem sempre as práticas pedagógicas para a faixa etária de 4 a 5 anos baseiam-se na realidade da criança, em sua

comunidade. Deve-se considerar que muitos dos fenômenos são observados e traduzidos como elementos de magia e mistério; assim, a percepção corpórea e a imaginação podem compor as condições para que a criança possa aprender e compreender sua própria realidade.

Para entendermos melhor a constituição do processo de conhecimento da criança, assume-se a concepção de Vigotsky (2001, p. 409) que assim postula:

[...] a interação social e o instrumento lingüístico são decisivos para compreender o desenvolvimento cognitivo. A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo sua abertura na zona de desenvolvimento proximal, nas quais as interações sócias e o contexto sócio-cultural são centrais.

A teoria de Vigotsky é aplicada por pesquisadores que buscam dar visibilidade ao movimento de transformação do humano e às construções subjetivas pessoais ou sociais que são feitas. Possibilita um estudo de qualquer fenômeno da realidade, seja ele coletivo (social) ou individual, por isso essa teoria tem grande importância para a fundamentação deste estudo.

METODOLOGIA

RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual política educacional brasileira e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9394/96, reconhecem a Educação Infantil, destinada às crianças de zero a cinco anos, como a primeira etapa da educação básica, indispensável à construção da cidadania.

Apesar de sua trajetória no Brasil ter aproximadamente cem anos, somente a partir das duas últimas décadas a sociedade brasileira vem tomando consciência de sua importância; conseqüentemente, sua expansão vem ampliando-se.

Vários documentos foram elaborados, consolidando uma política educacional voltada para o desenvolvimento integral da criança entre os quais destacamos: os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006).

Assim, este estudo fundamentado nestas bases legais, e em autores que abordam a temática, busca averiguar a maneira como os professores lidam com o fato de que as crianças constroem e apreendem o conhecimento do mundo natural, a dinâmica da construção desses significados, considerando a natureza do conhecimento, sua especificidade para essa faixa etária, bem como a apropriação desses conhecimentos que serão vivenciados e explorados no seu habitat natural.

Dessa maneira, espera-se que tanto as crianças quanto os professores possam ter a oportunidade de vivenciar experiências em atividades que utilizando os ambientes que circulam a escola, o rio que faz parte da paisagem natural em que a comunidade está inserida, bem como outros espaços não formais que, se contextualizados aos conteúdos ministrados, servirão como um recurso a mais nas atividades de sala de aula.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli S. e MOLINA, Mônica C. (Orgs) *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referenciais Curriculares para Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF.1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF. 2006.

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAMASCENO, M.N. **Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Fortaleza, UFC, 1990.

DOHME, Vania. **Ensinando a criança a amar a natureza**. São Paulo: Informal Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GHEDIN, Evandro (Org.) **O vôo da borboleta: interfaces entre educação do campo e Educação de Jovens e Adultos**. Manaus: Valer, 2008.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PAESE, Mylene Wirgues. **Educação no campo: discriminação e resistência**. Brasília: Líber Livro, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



_____ Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R; LEONTIEVE, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1994.

